

Seminário EMBARQ

PAC Mobilidade Urbana, como construir projetos sustentáveis

BICICLETAS, PEDESTRES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MOBILIDADE DOCE

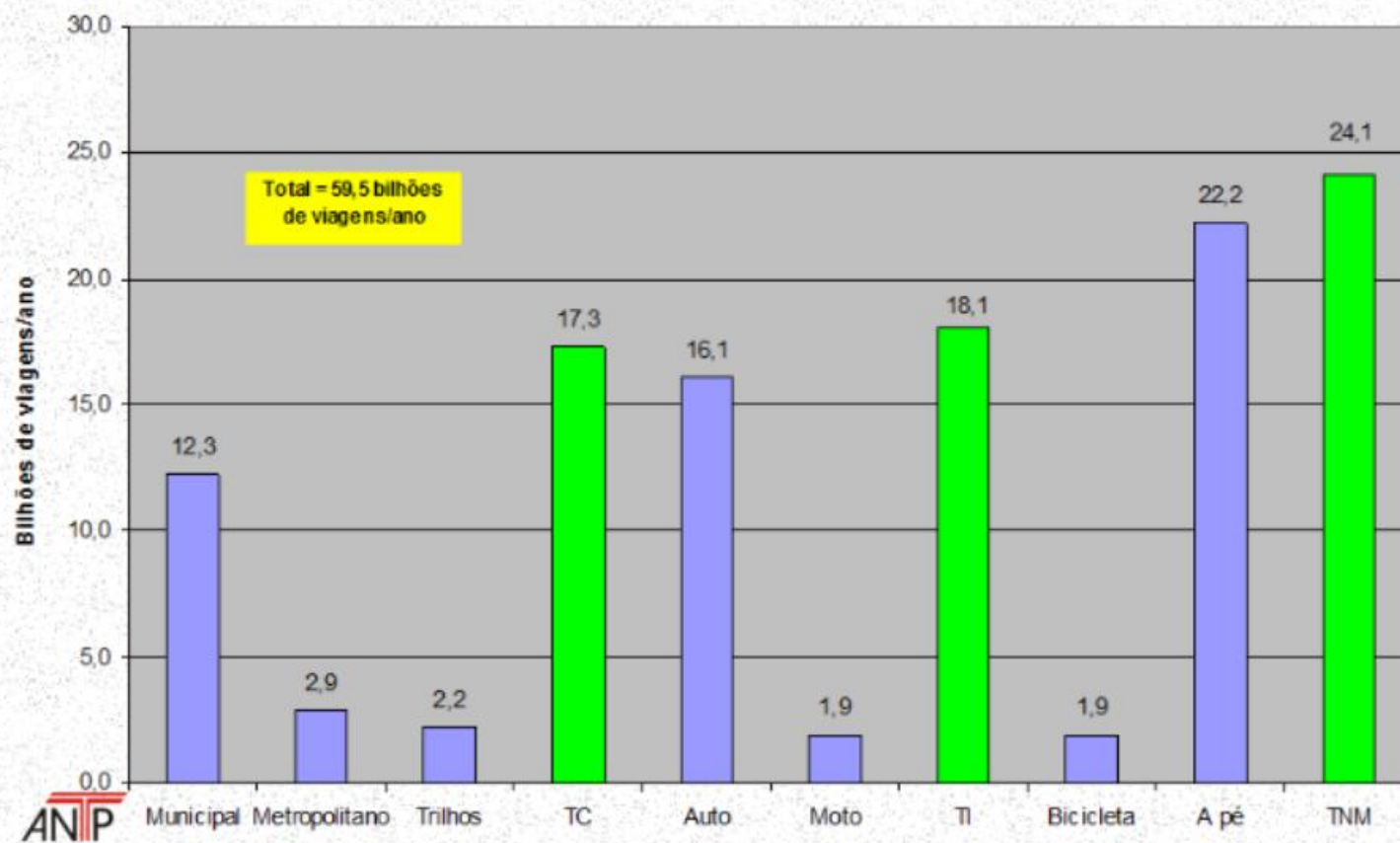
Claudio Silva
Arquiteto

Novembro 2012 – Brasília/DF

Secretaria Nacional de
Transporte e da Mobilidade Urbana

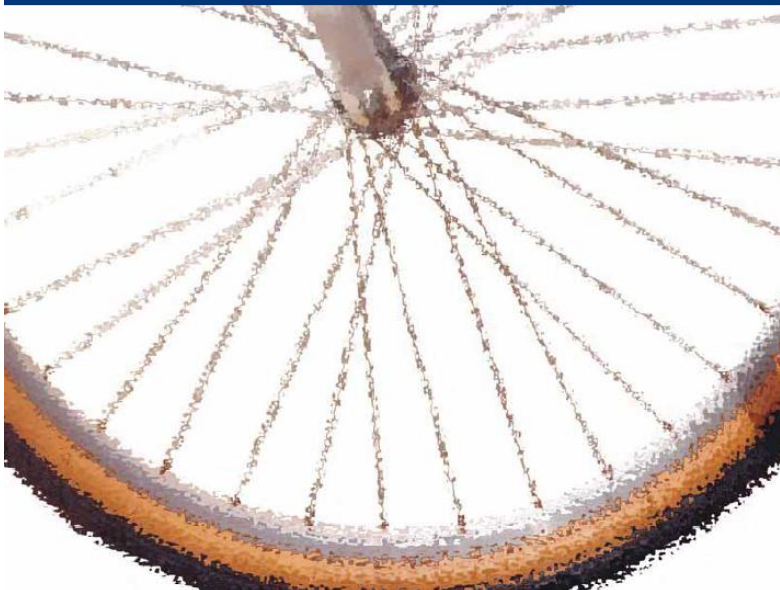
Ministério
das Cidades





32 - Viagens por ano, por modo principal (bilhões de viagens) - 2010

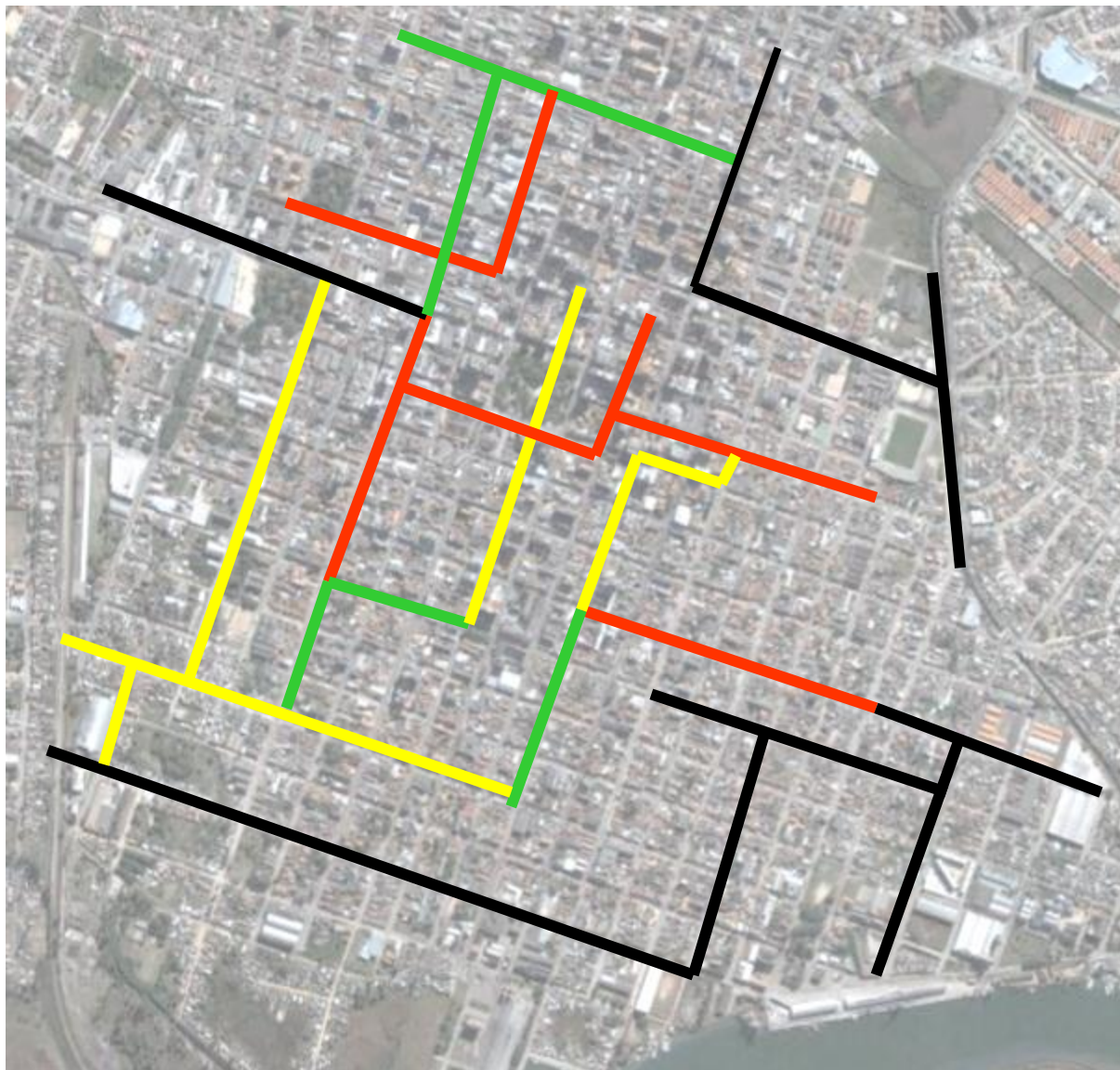
Pessoas em bicicletas



Download:

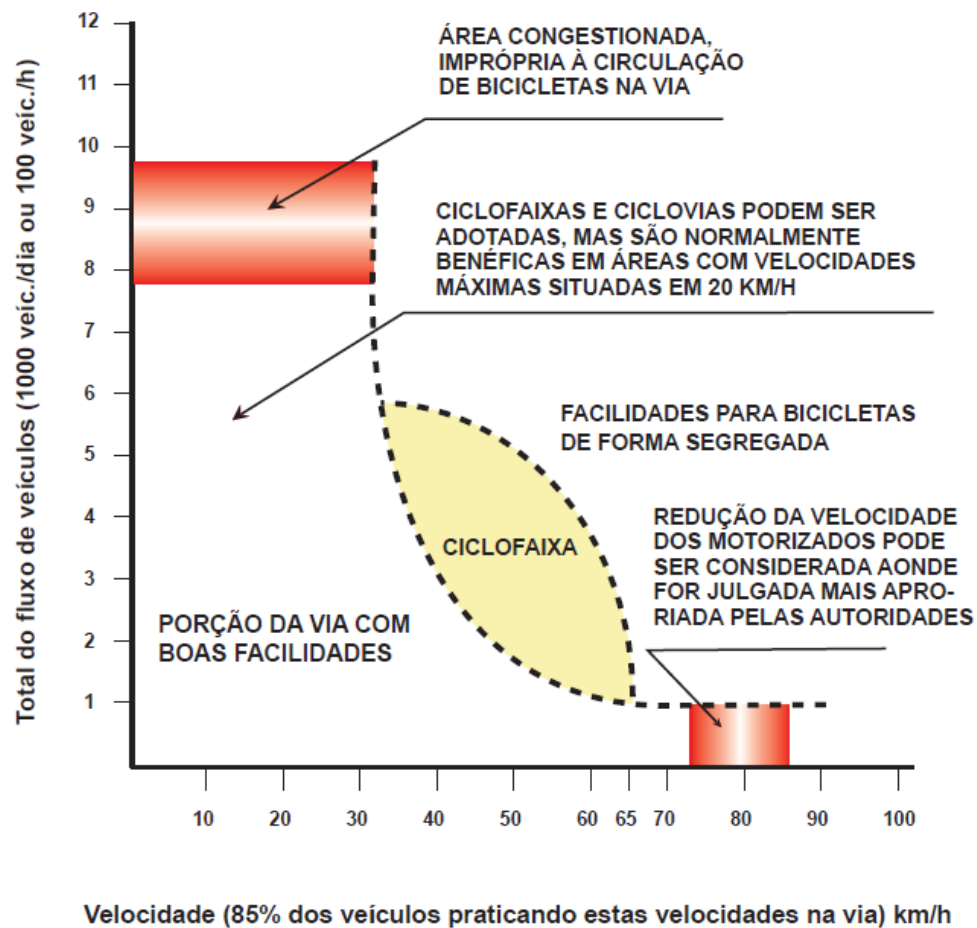
www.cidades.gov.br

(barra superior) Transporte e Mobilidade/
(menu lateral) Publicações



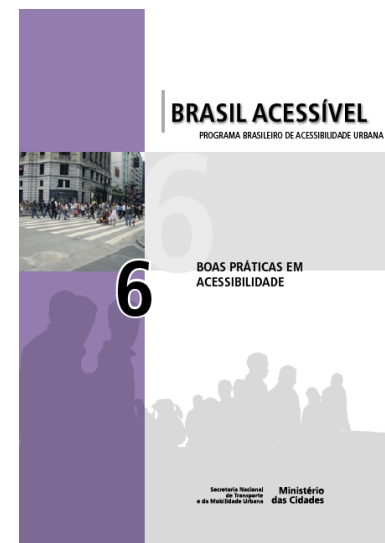
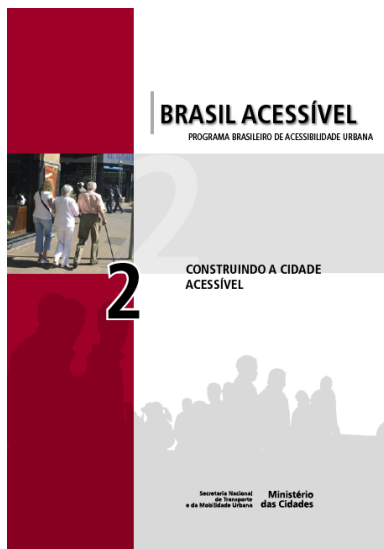
REDE

- Ciclovia
- Ciclofaixa
- Via ciclável
- Passeio compartilhado





Pessoas com deficiência e restrição de mobilidade



Download: www.cidades.gov.br

Principais abordagens do decreto	Onde se aplica	Aplicação imediata	Prazo para elaboração da norma		Prazo para implantação	
			ADAP	FAB	ADAP	FAB
Acessibilidade no Transporte Rodoviário urbano e metropolitano	Empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis, veículos, equipamentos e infraestrutura.	Não" (INMETRO/ ABNT)	12 meses após decreto 02/12/2005	ABNT NBR 14022:2006 Vigência - nov.2006	120 meses após o decreto 02/12/2014 renovação da frota	24 meses após a norma 16/11/2008
Acessibilidade no Transporte Aquaviário	Empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis, veículos, equipamentos e infraestrutura.	Não" (ABNT NBR 15450:2006)	36 meses após decreto 02/12/2007	24 meses após o decreto 02/12/2006 Vigência - nov.2006	54 meses após a norma 02/06/2010	36 meses após a norma 02/12/2009
Acessibilidade no Transporte Metroferroviário e Ferroviário	Empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis, veículos, equipamentos e infraestrutura.	Sim (ABNT NBR 14021:2005)	ABNT NBR 14021/14020	ABNT NBR 14021/14020	120 meses após decreto 02/12/2014 8% aa	36 meses após o decreto 02/12/2007

Leis

Nº 10.048/2000 e
10.098/2000

Estabelecem prioridade de atendimento e normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida

Decreto

Nº 5.296/2004

Estabelece prazos de implantação.

<i>Principais abordagens do decreto</i>	<i>Onde se aplica</i>	<i>Aplicação imediata</i>	<i>Prazo para elaboração da norma</i>	<i>Prazo para implantação</i>	<i>Início da vigência</i>
Prioridade a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida	Órgãos da administração públicos direta, indiretos e fundacional; empresas prestadoras de serviço público; instituições financeiras; estabelecimentos públicos ou privados de atendimento a saúde.	Sim	Imediato (ABNT NBR 9050:2004)	Imediato	02/12/ 2004
Acessibilidade arquitetônica e urbanística	Concepção e a implantação de projetos arquitetônicos e urbanísticos; Vias; logradouros públicos; espaços de uso público; praças; parques; entorno e interior das edificações de uso público e coletivo; entorno e áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; adaptação de bens culturais imóveis; mobiliários e equipamentos urbanos.	Sim	Já existente (ABNT NBR 9050:2004)	Imediato	02/12/ 2004
Nas edificações de uso público já existentes	Edificações administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinados ao público em geral; locais de reunião, esporte, espetáculos, conferências; instituições de ensino público.	Não 30 meses após a publicação	Já existente (ABNT NBR 9050:2004)	02/06/2007	02/12/ 2004
Nas edificações de uso coletivo já existentes.	Teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casa de espetáculos, salas de conferências; instituições de ensino privado.	Não 48 meses após publicação	Já existente (ABNT NBR 9050:2004)	02/12/2008	02/12/ 2004
No mobiliário urbano	Nos espaços públicos e edifícios	Sim	Já existente (ABNT NBR 9050:2004)	Imediato	02/12/04
Acessibilidade na habitação de interesse social	Edificações de uso multifamiliar e habitação de interesse social	Sim	Já existente (ABNT NBR 9050:2004)	Imediato	02/12/ 2004
Acessibilidade aos bens culturais imóveis	Patrimônio público, espaços destinados à cultura.	Sim	25/11/2003 (Instrução Normativa nº 1 do IPHAN) (NBR 9050)	Imediato	02/12/ 2004

Edificações de uso público já existentes

Edificações de uso coletivo já existentes



Ilustração: SeWeb

Pessoa com deficiência visual com cão-guia



Ilustração: SeWeb

Pessoa com deficiência visual com bengala de rastreamento



Ilustração: SeWeb

Pessoa engessada com muletas



Ilustração: SeWeb

Criança



Ilustração: SeWeb

Pessoa idosa



Ilustração: SeWeb

Pessoa usuária de cadeira de rodas



Ilustração: SeWeb

Pessoa obesa

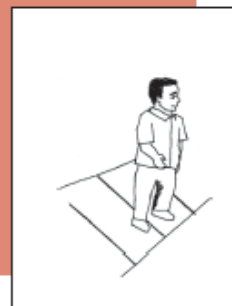


Ilustração: SeWeb

Pessoa anã



Ilustração: SeWeb

Grávida



Ilustração: SeWeb

Pessoa com carrinho de bebê



Ilustração: SeWeb

Pessoa usuária de andador



Ilustração: SeWeb

Pessoa acompanhada por criança de colo

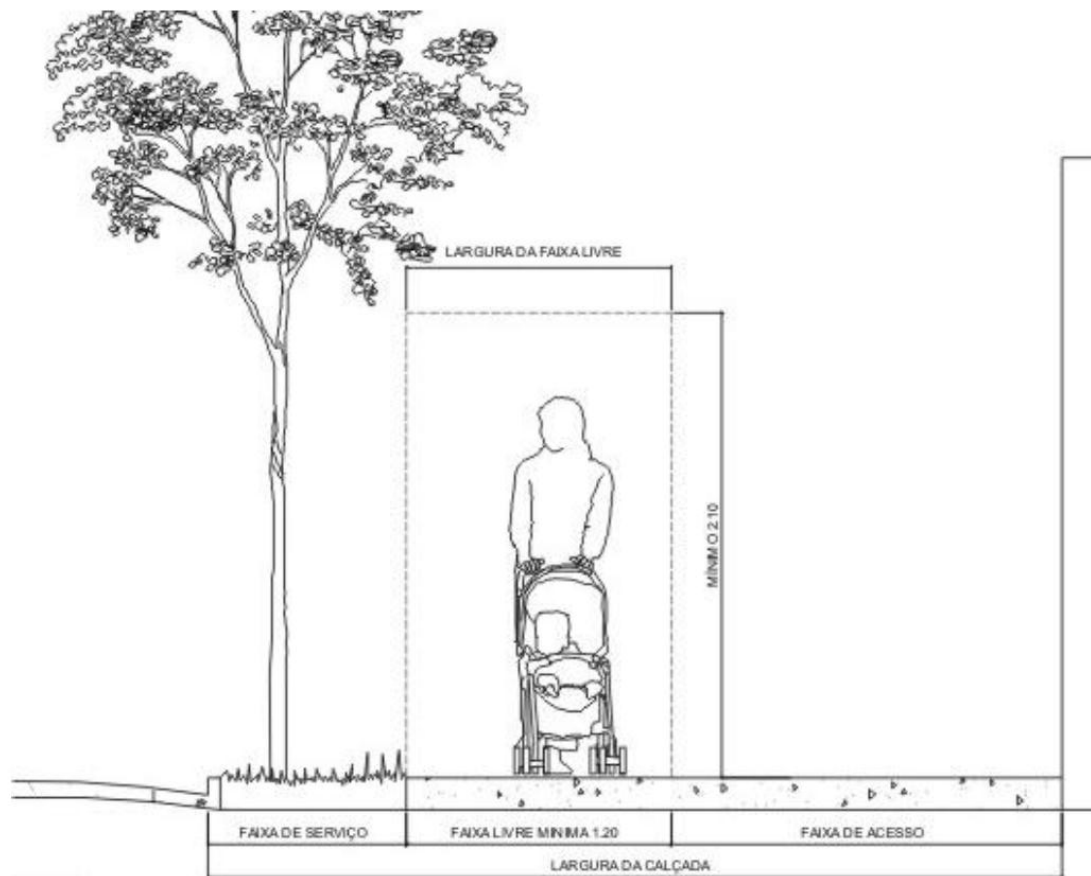
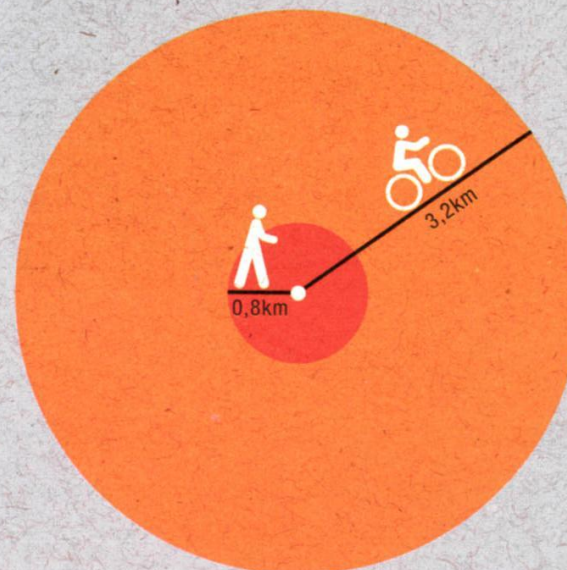


Figura 82 – Faixas de uso do passeio

Pessoas a pé

**DISTÂNCIA PERCORRIDA EM 10 MINUTOS
A PÉ E DE BICICLETA**

Modo de deslocamento	Velocidade média km/h	Distância em 10 minutos	Área de abrangência (km ²)
	5	0,8 km	2
	20	3,2 km	32





Obrigado!